

O conjunto arquitetônico do Centro Histórico em Fortaleza -CE- Brasil: análise estatística de uso e significado

The architectural ensemble of the historic center in Fortaleza-CE- Brazil: statistical analysis of use and meaning

Antônio Gilberto Abreu de Souza, Yacy-Ara Froner, PPGA-EBA-UFGM

Abstract

Inúmeros documentos, cartas e recomendações da UNESCO discutem a importância da comunidade no processo de revitalização, proteção e preservação de conjuntos arquitetônicos, principalmente quando localizados em centros urbanos. A conservação de uma determinada área tornar-se bem sucedida quando os fatores estruturais, sociais, econômicos e culturais são identificados, discutidos em conjunto e as soluções aplicadas da maneira mais contundente e transparente possível. Nesse sentido, este artigo resulta de uma pesquisa cujo objeto, o Centro Histórico de Fortaleza, foi avaliado a partir de questionário aplicado aos moradores, trabalhadores e usuários de serviços dessa área visando o diagnóstico sobre o valor do conjunto histórico, artístico e arquitetônico representativo do século XIX existente no local.

Numerous documents, letters and recommendations of UNESCO discuss the importance of community in the process of revitalization, protection and preservation of architectural ensembles, especially when located in urban areas. The conservation of a particular area become successful when the structural, social, economic and cultural factors are identified, discussed and the solutions applied. In that sense, this article is the result of a research whose object, the Historic Center of Fortaleza-CE-Brazil, was evaluated from questionnaire applied to its residents, workers and users of services in this area aimed at the diagnosis on the value of historic, artistic and architectural representative 19TH century at the region.

Keywords: Architectural heritage, Population, Statistical data, The historic centre, Fortaleza -CE-Brazil.

Inúmeros documentos, cartas e recomendações da UNESCO discutem a importância da comunidade no processo de revitalização, proteção e preservação de conjuntos arquitetônicos, principalmente quando localizados em centros urbanos. A conservação de uma determinada área tornar-se bem sucedida quando os fatores estruturais, sociais, econômicos e culturais são identificados, discutidos em conjunto e as soluções aplicadas da maneira mais contundente e transparente possível.

Nesse sentido, este artigo resulta de uma pesquisa cujo objeto, o Centro Histórico de Fortaleza (Figura 1), foi avaliado a partir de questionário aplicado aos moradores, trabalhadores e usuários de serviços dessa área, sobre o valor do conjunto histórico, artístico e arquitetônico representativo do século XIX existente no local (Figura 2). A análise objetivou entender os níveis de percepção da população em relação às dificuldades, vantagens e expectativas para com o espaço. Os resultados da pesquisa foram ponderados por meio de gráficos percentuais, em que se procurou comparar os dados obtidos e interpretá-los por meio de uma avaliação subsidiada. O Centro Histórico possui atualmente 28.538 habitantes, correspondendo a 1,16% da população da cidade de Fortaleza (1). Dentro dessa realidade foi aplicado cerca de 300 questionários objetivos e semiestruturados, perfazendo um percentual de 1,05% do total dos habitantes daquele bairro, número considerado aceitável de acordo com as metodologias aplicadas pelos principais institutos de pesquisa e estatística do país.

Os questionários foram feitos em diferentes áreas do bairro, principalmente nas quatro principais praças (Ferreira, Leões, Passeio Público e José de Alencar) nos dias 24 de julho de 2011, 04 de novembro de 2011, 04 de janeiro de 2012 e 11 de janeiro de 2012.

A sondagem aqui apresentada foi dividida em duas partes: a primeira procurou verificar o perfil etário, instrucional e relações de tempo entre pesquisados e o bairro. A segunda parte procurou

investigar os sentimentos dos pesquisados em relação ao patrimônio histórico existente na região. A análise desses dados resulta em um termômetro que pode orientar projetos de revitalização e preservação do Centro Histórico de Fortaleza-CE-Brasil.

Análise dos dados obtidos

A faixa etária dos entrevistados foi distribuída em quatro níveis: 15 a 20 anos; 21 a 40; 41 a 60 e acima de 60 anos. A faixa etária intermediária, referente à classe adulta, é a mais representativa de uma população economicamente ativa, a qual utiliza o Centro como passagem ou local de trabalho. Para que a sondagem fosse mais precisa, as relações com o bairro foram avaliadas pelos critérios de moradia, trabalho ou usufruto de serviços.

Os dados encontrados apontam 25% dos pesquisados como moradores do bairro, portanto, pessoas que conviviam integralmente no ambiente. O maior índice nesse quesito ficou para o número de trabalhadores, 42%. A pesquisa verificou também que 21% das pessoas abordadas era apenas usuária de serviços como comércio, bancos, correios, entretenimento, pesquisa, alimentação, saúde, dentre outros, salientando-se que o tempo de permanência desse grupo é pequeno se comparado aos dois anteriores.

O quarto indicador demonstrou que apenas 12% dos pesquisados era de visitantes, turistas ou mesmo moradores que nunca tinham ido ao Centro. Esse último índice revela um dado interessante: apesar de Fortaleza se destacar ultimamente como um importante destino turístico, o percentual de visitantes é baixo, levando-se em conta que três dos quatro períodos de pesquisa ocorreram em alta estação, quando a cidade costuma receber considerável número de visitantes. Tal situação pode ser indiciária da deficiência nas políticas públicas de divulgação e ação cultural do Centro Histórico. Para o desenvolvimento de um ideal social mais participativo no tocante a uma política de preservação patrimonial é importante verificar o grau de escolaridade e instrução formal. Logicamente a educação formal não pode ser vista como o único parâmetro de consciência do valor cultural, porém este critério nos pareceu pertinente em função da escola ser um espaço formativo importante. Conforme pode ser visto, os índices são preocupantes: 8% confessou não ter instrução formal, embora alguns entrevistados revelassem informalmente que sabiam contar e fazer algumas operações aritméticas básicas como adição e subtração. Já outros 29%, a maioria dos pesquisados, revelou ter apenas o fundamental incompleto; esse percentual foi obtido principalmente entre os trabalhadores informais ambulantes.

O levantamento confirma o que em geral ocorre no país: à medida que o grau de instrução se eleva, diminui a quantidade numérica de instruídos. Assim, somando-se os 21% dos que possuem o fundamental completo com aqueles sem escolaridade ou com fundamental incompleto, tivemos um perfil de 58% dos pesquisados que não atingiu o nível médio, ou seja, mais da metade dos pesquisados. Respectivamente 15% e 11% possuíam o ensino médio incompleto ou completo, ou seja, menos que um terço dos pesquisados, que nesse caso, quase sempre se enquadraram, quando trabalhadores, em cargos mais elevados, como supervisão ou chefia de setores em empregos formais. Em seguida 10% e 6% possuíam superior respectivamente incompleto e completo, um índice baixíssimo, geralmente composto de gerentes, bancários, funcionários públicos e donos de lojas.

Avaliamos que pessoas com baixo nível de escolaridade, por desconhecerem o processo histórico do conjunto arquitetônico, podem ser vítimas da manipulação pelos meios especulativos que tanto podem vir do próprio poder público como fora dele. Quando se manifestam, o foco não é a preservação da região, mas o uso do espaço. A preservação e o significado do Centro Histórico, de Políticas Culturais e da Memória local não são prioritários em relação à função econômica e utilitária do espaço. Como exemplo, temos o constante confronto verificado nas últimas três décadas entre ambulantes e poder público acerca de sua ocupação para o mercado informal.

Quando perguntados sobre há quanto tempo trabalhavam no bairro, os trabalhadores apontaram para os seguintes dados: 21% e 18% revelaram trabalhar no Centro, respectivamente, de 11 a 20 anos e de 21 a 30 anos. Somados aos 12% que trabalham há mais de 30 anos, equivale a 51% dos

trabalhadores que ocupam há mais de dez anos o bairro, determinante para a criação de vínculos com o espaço, não tanto pela consciência instrucional, mas pela convivência real e constante. A esse conjunto pode-se acrescentar a faixa dos 19% que trabalha entre 5 e 10 anos, e que também demonstra certo apego ao bairro. Quanto aos percentuais restantes, de 17%, de 1 a 5 anos; e de 13% com menos de 1 ano, a maioria dos entrevistados é composta por jovens, com pouco ou nenhum interesse pelos problemas do bairro.

As conclusões sobre o tempo de moradia no bairro entre os pesquisados revelaram situações parecidas: a maioria resultante da soma das faixas acima dos 40 anos pertence a uma população mais madura, de meia idade a idosos, indicando a população do bairro predominantemente envelhecida. Proporcionalmente, a população com menos tempo de moradia é a mais jovem, com menos entendimento ou compromisso com os aspectos identitários na região. Vale afirmar que as pessoas com mais tempo de moradia foram as mais críticas em relação às dificuldades de preservação patrimonial no bairro, portanto, com maior vínculo com o espaço e com seus problemas estruturais diretos.

Nesta sondagem foi avaliado o tempo médio de permanência dos usuários que não eram moradores ou trabalhadores no bairro. Os dados revelaram que a maioria de 31% permanecia de uma a duas horas e outros 24% permanecia menos que uma hora; isto é, 55% evitava dirigir-se ao Centro, demonstrando com isso certa aversão ao bairro, frequentando-o apenas quando necessário. Os que permaneciam além das duas horas até o limite de oito horas ficaram em torno de 21% e 16%, sendo geralmente compradores ou usuários de atendimento médico ou bancário. 8% revelou passar mais de oito horas, sendo, nesse caso, apreciadores de bens culturais.

Uma primeira avaliação sobre esses dados nos leva a questionar o porquê da maioria evitar a região: o Centro perdeu parte do atrativo que possuía a medida que espaços como cinema, grandes magazines, clubes e restaurantes fecharam ou se mudaram. Tampouco as praças conseguem atrair passantes, mesmo que algumas tenham boa visibilidade e tranquilidade, devido às condições precárias de infraestrutura.

De acordo com, os dados levantados, 63% indicou que há mais de onze anos usufrui dos bens e serviços do bairro. São pessoas que moram nas adjacências ou sabem que certos produtos são mais facilmente encontrados por lá, tais como luminárias, produtos de armarinhos, embalagens e produtos eletrônicos vendidos pelos comerciantes informais. Raramente o patrimônio cultural, como os Museus e Centros Culturais, é o objeto de visita. Durante alguns dias de pesquisa, notou-se a presença de escolas com crianças menores de dez anos. Isso foi um aspecto extremamente positivo, pois provou o empenho de algumas escolas na educação patrimonial. Um dos grandes atrativos que o bairro oferecia num passado não muito distante eram os cinemas, principalmente os cines São Luiz e o Diogo. Esse fato pode ser apontado como um dos fatores do afastamento de uma faixa da população que, em busca de entretenimento, acabou por frequentar shopping centers.

Em princípio, quando questionados se notavam algum interesse por parte dos poderes públicos ou da própria população pela preservação ou valorização do patrimônio edificado, a maioria, na ordem de 37%, afirmou que “sim”. 34% negou haver tal interesse e 29% confessou não saber se havia esse interesse, um número bastante alto para quem convivia bastante com o Centro Histórico. Os que confessaram não saber corresponderam na prática à maioria de baixa instrução apontada no início do questionário. A maior parte dos que optaram pelo “sim” é de moradores do próprio bairro ou de pessoas com maior instrução formal.

Aqueles que percebem algum interesse por parte dos poderes públicos, também revelam algum grau de conhecimento acerca das políticas culturais. Questionados se conheciam alguma política cultural dos poderes públicos para o patrimônio histórico no Centro Histórico, os índices surpreenderam quando 56% revelou não conhecer, o que já um número aparentemente bem expressivo se comparado aos 44% admitiu conhecer alguma ação cultural, não necessariamente vinculada à preservação do patrimônio edificado.

Tal contexto nos leva aplicar um raciocínio semelhante ao caso anterior, ou seja, se o desconhecimento sobre aquelas informações é muito grande, é porque os poderes públicos não conseguem penetrar

naqueles segmentos.

As políticas públicas a respeito do tombamento em geral e mais específicas no caso do Centro Histórico de Fortaleza foram citadas por 132 pessoas, abrangendo os mais variados tipos de referências. Na pesquisa essa questão estava atrelada à anterior e as respostas básicas demonstradas foram as seguintes: tombamentos (23%), ações do IPHAN (18%), turismo na Emcetur (14%), Prodetur (10%), projeto Trilhas da Cidade (9%), Leis Rouanet e Orgânica do Município (ambas com 5%), Ação Novo Centro (4%), Lei Jereissati (3%), e completando diversas outras citações pela quantidade mínima enquadraram-se no perfil “outras” com 9%.

Essas citações vieram de pessoas que possuíam um grau de instrução formal mais elevado, inclusive muitos estudantes dos cursos de Turismo. Quanto às “ações do IPHAN”, a maioria reconhece sua atuação ao nível nacional, mas desconhece sua atuação no Centro de Fortaleza. Sabemos que o tombamento é limitado e que o órgão não tem sido eficiente na fiscalização. Porém, o IPHAN obteve uma apreciação positiva mais vinculada à sua projeção nacional do que local.

A pergunta seguinte indagou se conheciam alguma programação cultural existente nos bens históricos edificados. 73% afirmou conhecer alguma programação, enquanto que outros 27% confessou não conhecer. Fazendo uma comparação entre as respostas pode-se notar o grau de entendimento da população: quando as perguntas eram sobre ações públicas, os índices de conhecimento apresentados foram menores, quando relacionada à ação cultural, o entendimento era maior.

Na sequência, pediu-se para que se fosse citada alguma programação cultural nos bens históricos edificados e os resultados apontaram: dos 219 pesquisados que conheciam alguma programação cultural nos bens históricos edificados, o maior índice apontado ficou para as visitas ao Museu do Ceará que possui visitação permanente em dias úteis, com 22%; 16% apontaram para as apresentações artísticas na Praça do Ferreira, principalmente em época natalina; 13% foram apontados os passeios turísticos, nesse caso promovidos pelo trade turístico e apresentações no Teatro José de Alencar; 11%, as apresentações artísticas (repentistas) na Praça José de Alencar; 10% apontaram para as feiras artesanais na Emcetur situada na antiga Cadeia Pública; 7% apontaram para os recentes festivais do Cine-Ceará que ocorrem nas dependências do Cine São Luiz, em frente à Praça do Ferreira; 5% indicaram as apresentações de bandas musicais na Praça do Passeio Público. Fechando a sequência, as demais citações, pelo baixo número de indicações, ficaram enquadradas no perfil “outros” com 3%. Nesse item (outros) apareceram o Arquivo Público (antigo Solar Fernandes Vieira), a Casa do Professor, o acervo cultural no Banco do Nordeste e cultos religiosos como missas e procissões.

Fazendo-se uma análise qualitativa dos dados apresentados, o Museu do Ceará tem a preferência dos habitantes da cidade. Quanto às apresentações artísticas, no caso aquelas citadas nas praças José de Alencar e do Ferreira, somadas ficaram em 24%, portanto, acima do índice do Museu do Ceará. Isso reflete o desejo da população de participar dos espetáculos artísticos. A preferência pelo Cine-Ceará, com 7%, pode parecer um índice pequeno, porém se aplicado à população da cidade, equivale a quase 200 mil habitantes, um potencial que não pode ser negligenciado pelo poder público, iniciativa privada ou mesmo pela população.

Perguntou-se aos pesquisados se conheciam algum bem tombado edificado no Centro e em seguida pediu-se para se citar ao menos um. Antes de se fazer uma análise dos resultados obtidos, convém fazer mencionar que a maioria dos pesquisados não sabia o que era “tombar”. Isso ajuda a compreender os motivos pelos quais o poder público não consegue atingir seus objetivos culturais em reação ao patrimônio edificado. A partir do esclarecimento do termo, eram citados certos monumentos, que às vezes eram rejeitados pelo pesquisador por não corresponder aos bens tombados ou ser de outras localidades. 54% respondeu afirmativamente, enquanto que outros 46% confessou não saber.

A maior parte das citações ficou para o Teatro José de Alencar com 21%, seguido pelo Museu do Ceará, com 20%. Um importante indicativo a se considerar é a indicação da Praça do Passeio Público, pouco frequentada, mas que foi lembrada por 14%, demonstrando sua importância histórica

e cultural para a memória da cidade. Durante a pesquisa, pessoas ainda a chamavam de Praça dos Mártires, nome histórico, centenário que reporta a um fato ocorrido há quase duzentos anos: a execução de cinco dos líderes da Confederação do Equador, movimento separatista ocorrido no Nordeste durante o Primeiro Reinado (1822-1831).

Os outros lugares lembrados pelos pesquisados foram a Estação João Felipe (11%); a Praça dos Leões (General Tibúrcio), 10%; o Cine São Luiz e o Palacete Ceará (Caixa), ambos localizados no entorno da Praça do Ferreira, 9%. As demais citações inclusas na categoria “outros”, com 6%, ficaram para a Igreja do Rosário e a Academia Cearense de Letras (Palácio da Luz), no entorno da Praça dos Leões; a Emcetur (antiga Cadeia Pública), o sobrado José Lourenço, o Arquivo Público (Solar Fernandes Vieira) e a Santa Casa de Misericórdia. Dos bens tombados mencionados na pesquisa, à exceção da Igreja do Rosário, todos os outros possuem características neoclássicas em seu todo ou parcialmente divididas com o eclético.

A percepção sobre o estado de conservação das edificações históricas no Centro também foi avaliado. Esse índice é importante porque a partir dele se pode exigir tanto da própria sociedade como dos poderes públicos, meios para sua restauração.

Perguntou-se então, exigindo-se respostas subjetivas, isto é, não induzidas, como os pesquisados viam o estado físico dos bens histórico edificados. O que a pesquisa revelou foi que aos olhos dos entrevistados, 20,67% considerou o patrimônio em bom estado físico; para 19,33% muitos precisavam de reparos e 16% consideravam muito ruim a conservação das edificações. Estes dados, porém, não refletem a situação real, pois muitas estruturas estão escondidas ou camufladas sob as coberturas nas fachadas ou tetos. Para 15,67% muitas edificações possuem um bom estado de conservação nas fachadas exteriores, mas não em seu interior.

Nesse contexto, 15,33% apontou que os edifícios corriam o risco de ruir. Para 10,67%, as edificações recentemente restauradas estão em bom estado, mas algumas tratadas há mais de dez anos já apresentam problemas de manutenção, como o Museu do Ceará e a Estação João Felipe. 2,33% apontaram outras deteriorações, como sujeira, depredações e partes quebradas.

Confrontando as edificações antigas com as mais modernas, levando-se em conta que as recentes não apresentam aparentemente problemas estruturais, perguntou-se se as mais antigas deveriam ser destruídas para dar lugar a outras mais modernas e seguras. As respostas básicas de “sim” com 39% e “não” com 61% indicam que mais da metade dos pesquisados é avessa à ideia.

Essa revelação é bastante positiva, pois demonstra que há um considerável respeito pelas edificações antigas. O detalhe é que muitas das pessoas que acenaram para o “não” eram de baixa instrução. Isso quer dizer que podiam não saber o que era tombamento, mas sabiam o que significava preservar. Esse aspecto é extremamente importante para qualquer política pública preservacionista, ou seja, não se pode desprezar esta opinião.

Sobre a identificação de acontecimentos históricos com os locais onde ocorreram, perguntou-se se os pesquisados conseguiam identificar alguns desses marcos e em seguida pediu-se, caso houvesse manifestação positiva, que fossem citados: 67% afirmou conhecer, enquanto que 33% afirmou não conhecer ou não lembrar no momento.

O conjunto mais lembrado (20%) foi o do Bode loiô (Figura 3) que está empalhado no Museu do Ceará. De forte apelo popular, o bode empalhado costumava perambular pelas ruas centrais da cidade, na companhia de boêmios e escritores que frequentavam os bares e cafés ao redor da Praça do Ferreira, antigo centro cultural da capital.

O episódio da “vaia ao Sol” ocorrido na década de 1940, na Praça do Ferreira com 16%; a execução dos líderes da Confederação do Equador na Praça do Passeio Público e a prisão de Dona Bárbara de Alencar (Bárbara do Crato) no antigo Forte de Schoonenborch no movimento da Insurreição Pernambucana de 1817, ambos com 15%; as manifestações das “Diretas-já!” em 1984 ocorridas na Praça José de Alencar, 8%; as reuniões no Café Java da Padaria Espiritual, na Praça do Ferreira, 8%; a inauguração do Cine São Luiz, em 1958, com 5%; a antiga Escola Normal (atual sede do IPHAN) com a história de “A Normalista”, de Adolfo Caminha, 7%; e “outros” com 6%. Nesse último item são mencionadas a queda da estátua do General Tibúrcio na Praça dos Leões, por ocasião de

Revolta de Fortaleza de 1892 para depor o governo Clarindo de Queiroz; a inauguração da nova Igreja da Sé, em 1978; a construção da Igreja do Rosário pelos escravos, ainda no tempo colonial, dentre outras.

A importância desse quesito na sondagem é a demarcação dos termos identitários para a consolidação da memória coletiva. Sem esses marcos, a sociedade e os lugares tendem a sucumbir rapidamente ante a especulação política, financeira e imobiliária. Os resultados confirmam que os fatos identitários ainda são lembrados, o que é bastante promissor. Na pesquisa, perguntou-se inicialmente sobre o estilo arquitetônico e em caso de resposta positiva, em quais monumentos. Na primeira parte da questão, 62% dos pesquisados revelou não conhecer nenhum estilo, enquanto 38% demonstrou conhecer. Esses indicadores demonstram que certos níveis de conhecimento estão atrelados ao nível educacional, que no caso do Centro Histórico é muito baixo.

Os estilos arquitetônicos indicados apontaram para os seguintes estilos: 23% citaram o concretismo (cimento armado ou concreto armado, por eles entendidos como estilo e não como técnica), presentes nas edificações com mais de quatro andares, como o São Luiz. 19% mencionaram o Neoclássico, sendo a Estação João Felipe, o Museu do Ceará e Santa Casa de Misericórdia as edificações mais citadas. O Art Nouveau aparece com 16% das citações, sendo identificado no prédio do Palacete Carvalho Mota (Museu das Secas), da Secretaria da Fazenda, no Teatro José de Alencar. O Eclétismo foi citado por 15% dos pesquisados, identificado com o Teatro José de Alencar, a Secretaria da Fazenda do Estado. O Barroco (incluindo o Neobarroco) vem a seguir com 13% das citações, sendo referente à Igreja do Rosário e ao Palacete Ceará. Na sequência aparece o Gótico (Neogótico) com 7% presente na Igreja da Sé e na Igreja do Pequeno Grande; Art Déco (4%), no São Luiz; e “outras” citações (3%) em menor número, como a arquitetura do ferro (Mercado do Central), de vidro (Edifício Rolim) e o Neocolonial, mas que não se soube identificar em que edificações estariam. As edificações apontadas são de fatos algumas das mais conhecidas e respeitadas no Centro da cidade, cada qual dentro do seu estilo.

Outra coleta considerável que a pesquisa proporcionou foi a identificação de aspectos artísticos na arquitetura dos monumentos Neoclássicos e Ecléticos no Centro Histórico. Conforme as respostas, se pode verificar que dentro do universo total dos 300 pesquisados, após alguns esclarecimentos, 216 se propuseram a tentar identificar o que chamava a atenção nas referidas edificações. Sem desprezar os índices, é importante salientar que, à maneira de cada um, os aspectos decorativos característicos foram pontuados.

A maioria preferiu apontar para o conjunto geral das obras (16%). As colunas (jônicas e toscanas) e os frontões também receberam consideráveis indicações. Chamou a atenção também o fato de que 13% mencionaram lembrar as edificações gregas e romanas. Esse aspecto foi bastante significativo, uma vez que o propósito maior do Neoclássico era exatamente esse. O levantamento também indicou que 72% dos pesquisados conseguia perceber a beleza nas edificações, o que por si só já justifica a necessidade de um olhar mais atencioso por parte dos poderes públicos no sentido de valorizar e conservar o referido patrimônio.

Conclusões

O estudo demonstrou que há interesse por parte da população por certos aspectos históricos, pela conservação dos bens, pela manutenção de sua estética original e, sobretudo, para um aumento da ação cultural. Também se verificou que a população mais madura é mais comprometida com a preservação devido ao seu enraizamento dos valores históricos e culturais do bairro. Há, porém, falta de formação sobre os aspectos estéticos dos edifícios. Apesar das políticas públicas, a população é pouco informada, necessitando-se uma revisão na forma de divulgação, inclusive após a restauração de edificações; eventos culturais e ação participativa para a ocupação dos espaços são também fundamentais para a revitalização do Centro Histórico.

A pesquisa de campo envolvendo a população de Cidades Históricas é uma ferramenta metodológica acurada para o levantamento das demandas, padrões, diagnóstico e para a preparação de protocolos políticos, econômicos, sociais e educacionais de ações de preservação.

Notas

1 - Dados do IBGE, censo de 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

Referências Bibliográficas

Álbum de vistas do Ceará, (1908). Nancy, França: Imprimeries Réunies.

Andrade, M. J. F. de Salles, (1999). *A Verticalização e a Origem do Movimento Moderno em Fortaleza*. 3º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Paulo.

Argan, G. C., (1993). *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

Barata, M., (1983). *Século XIX. Transição e início do século XX*. In: *História Geral da Arte no Brasil*. ZANINI, Walter (org.), São Paulo: Instituto Walthers Moreira Sales, 2v. il.

Castro, J. L. De, (1977). *Pequena Informação Relativa à Arquitetura Antiga no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC.

Choay, F., (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade. UNESP, 2001.

Girão, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2. ed. 1979.

Gonçalves, J. R. S., (2009). *O Patrimônio como categoria de pensamento*. In *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. ABREU Regina, CHAGAS Mário (orgs.). - 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina.



Figura 1. Centro Histórico de Fortaleza-CE-Brasil - Época atual (Fonte: Fátima Garcia).



Figura 2. Centro Histórico de Fortaleza-CE-Brasil - Praça do Ferreira - 1930 (Fonte: Fátima Garcia).



Figura 3. Bode Ioiô - empalhado em 1931 - Museu do Ceará.